

METÁFORAS CONCEITUAIS NA CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE POBREZA PELA MÍDIA ARGENTINA

(Conceptual metaphors in the construction of social representation of poverty by Argentinian media)

Gênesson Johnny Lima Santos¹

Tiago Alves Nunes²

(Universidade Federal do Ceará – UFC)

Livia Márcia Tiba Rádís Baptista³

(Universidade Federal da Bahia – UFBA)

ABSTRACT

Latin America concentrates one of the highest poverty rates in the world. Contributing to the understanding of the discursive construction process of social representation (SR), the analysis of discursive aspects involved in the SR construction of the object poverty in the Argentinian media is intended. There are used as SR vector the conceptual metaphors present in periodic reports in El Clarín and La Nación published between January 2007 and December 2008, the transitional period of the Kirchner Governments. As theoretical support the works of van Dijk (1990, 2005, 2008), Moscovici (1978, 2009), Thompson (2008) and Lakoff & Johnson (1998) are highlighted.

Keywords: *media; conceptual metaphors; social representation; poverty.*

RESUMO

A América Latina concentra um dos maiores índices de pobreza do planeta. Contribuindo para a compreensão do processo de construção discursiva de representação social (RS), pretende-se analisar aspectos discursivos envolvidos na construção RS do objeto pobreza na mídia argentina. Para tanto, busca-se como vetor de RS as metáforas conceituais presentes em notícias publicadas nos periódicos El Clarín e La Nación entre janeiro de 2007 e dezembro de 2008, período de transição dos Governos Kirchner. Como suporte teórico destacam-se os trabalhos de van Dijk (1990, 2005, 2008), Moscovici (1978, 2009), Thompson (2008) e Lakoff & Johnson (1998).

Palavras-chave: *mídia; metáforas conceituais; representação social; pobreza.*

Introdução

Neste artigo, objetivamos investigar os processos discursivos envolvidos na construção da representação social de pobreza na mídia argentina, com ênfase na análise das metáforas conceituais presentes em notícias publicadas nos periódicos *El Clarín* e *La Nación*

¹ Mestrando em Linguística junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da UFC. Bolsista do CNPq e integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ensino e Aprendizagem de Línguas Adicionais (Geala), vinculado ao DGP/CNPq.

² Mestrando em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da UFC. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ensino e Aprendizagem de Línguas Adicionais (Geala), vinculado ao DGP/CNPq. Atua nas áreas: Linguística Aplicada e Estudos Críticos do Discurso, dedicando-se aos seguintes temas: ensino e aprendizagem de línguas; multiletramentos; representação social e ideologia.

³ É professora associada I da UFBA. Atua no Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) e ProfLetras da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestrado em Letras (Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana) e em Educação, ambos pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado pela Universidade Pompeu Fabra (Barcelona).

em suas versões eletrônicas. Como sugere Cardoso (2007), a internet, além de estar entre as mídias de comunicação que mais crescem nos últimos anos, configura-se como uma mídia alternativa por ser capaz de acrescentar uma massa de público potencial.

Em termos de relevância científica e social, por um lado, esta pesquisa pode contribuir para a compreensão de como se constituem discursivamente as representações sociais, além de auxiliar a percepção de aspectos conceptivos e ideológicos da representação social. Por outro lado, permite-nos identificar como as marcas linguístico-discursivas reforçam determinadas representações sociais da pobreza. Em outras palavras, pode gerar maior inteligibilidade a respeito das diversas dimensões das representações sociais, como a discursiva, a ideológica e a linguística.

Pesquisadores como Jorge Augusto Paz (2010), um dos investigadores-membros do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), sugerem que nos últimos anos e devido, talvez, à necessidade de apresentar respostas a um dos principais problemas que enfrenta o mundo, em geral, e a América Latina, em particular, a questão da pobreza começa a fazer parte não apenas do debate de políticos, mas também do de acadêmicos e de outros atores sociais envolvidos, de um modo ou de outro, com o tema. É provável que essa preocupação mais acentuada pela pobreza nos últimos anos, por sua redução e/ou erradicação, tenha sido fomentada pela publicação dos *Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio* (ODM), documento elaborado pela ONU (Organização das Nações Unidas). Esse documento estabelece como meta primária a redução da pobreza pela metade entre 1990 a 2015, já que a ideia é reduzir o percentual de pessoas cuja renda seja inferior a um dólar por dia. Desde a década de 1990 houve, portanto, um notável crescimento de programas governamentais, em todo o mundo, voltados para a redução e/ou erradicação da pobreza na tentativa de cumprir essa meta prioritária.

Com essa finalidade, na América Latina, surgiram em fins da década de 1990 os primeiros programas dirigidos à redução da pobreza, os chamados PTC (Programas de Transferências Monetárias Condicionadas). Os países pioneiros a implantarem esses PTC foram o Brasil (1996), com o *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*; o México (1997), com o programa *México en Progreso*; e Honduras (1998), com o *Programa de Asignación Familiar*. Nos demais países latino-americanos a implantação dos chamados PTC só chegou no começo da década de 2000.

Na Argentina, de modo específico, de acordo com estudos de Cruces, Epele e Guardia (2008), o *Programa Jefes de Hogar* (PJH), criado durante o Governo Kirchner, entrou em vigor no final de 2002, justamente porque, entre o ano de 2000 e 2002, nesse país a taxa de

pobreza, definida segundo a linha de pobreza oficial, passou de 33,4% a 53%, e a taxa de indigência cresceu de 9, 0% a 24%. Ou seja, cerca de um quarto da população argentina não contava com uma renda suficiente para obter a cesta básica de produtos alimentícios. Entre 2007 e 2008 a questão da pobreza volta a ser o foco das atenções políticas na Argentina. Dessa vez, a questão não girava em torno de um novo programa, lançado pelo governo a fim de cumprir com o acordo estabelecido pela ONU por meio dos ODM, mas em torno da polêmica de uma suposta manipulação dos índices de redução de pobreza naquele país, apresentados mediante pesquisa realizada pelo INDEC (Instituto Nacional de Estadística y Censo), estatal argentina.

Diversos órgãos, entre não governamentais e privados, entraram na discussão e a polêmica repercutiu, no país, em debates eleitorais da época e ganhou destaque, sobretudo, na imprensa e na mídia local. Pode-se afirmar que a mídia costuma ter grande poder de influência na vida das pessoas. Afinal, ter o controle do discurso público é ter o da mente desse público e, conseqüentemente, o das vontades e opiniões individuais. Em suma, uma vez controlada a mente, controladas estarão também as ações (VAN DIJK, 2010). E o jornalista, ou o jornalismo como um todo, como difusor de opinião pública tem um papel importantíssimo nessa espécie de “jogo” de controle de mentes/ações via discurso, o que demanda escolhas de procedimentos metodológicos e embasamento teórico adequado, voltado para o campo dos estudos críticos do discurso no âmbito da Linguística.

Perspectivas teórico-metodológicas

Esta pesquisa insere-se no método qualitativo e identifica-se com a perspectiva dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), proposta por van Dijk (1990, 2005, 2008). Quanto à sua natureza, configura-se como um estudo descritivo e interpretativo, em conformidade com o método “análise do conteúdo”, cujo objetivo, nas palavras de Chizzotti (2006, p. 98), “é compreender criticamente o sentido das comunicações [oral, visual, gestual, etc. reduzidas a um texto ou documento], seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

A escolha do *corpus* deveu-se ao fato de “documentos de comunicação de massa constituir importante fonte de dados para a pesquisa”, uma vez que “possibilitam ao pesquisador conhecer os mais variados aspectos da sociedade atual”, conforme sugere Gil, (1999, p. 164). Além disso, visto ser o discurso uma forma de ação social, os textos que circulam nos “meios de comunicação de massa são os mais penetrantes, se não [os] mais

influentes, a se julgar pelo critério de poder baseado no número de receptores”, conforme argumenta van Dijk (2008, p.73).

A restrição desta pesquisa à mídia eletrônica da Argentina e, principalmente, aos jornais supracitados deveu-se a dois motivos. Primeiro, porque a Argentina insere-se na América Latina, uma região que tem um dos maiores índices de pobreza do mundo e, segundo, pelo fato desse país manter relações político-econômicas com o Brasil, uma vez que também integra o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o mais importante bloco econômico latino-americano.

No que concerne à escolha dos periódicos, tanto o *El Clarín* quanto o *La Nación* estão entre os mais importantes daquele país e, portanto, os mais lidos e mais influentes. Para selecionarmos as notícias, dois critérios foram utilizados: (1) notícias publicadas nos referidos jornais eletrônicos entre 01 de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2008, período de transição dos Governos Kirchner, ou seja, publicadas entre o último ano do governo de Nestor Kirchner (2007) e o primeiro ano do governo de Cristina Kirchner (2008); e (2) notícias publicadas sobre o assunto “pobreza”, coletadas pelo recurso de busca dos *sites* a partir da digitalização da palavra em destaque.

Após a coleta de amostras e seleção dedados para o *corpus*, realizamos uma análise preliminar mediante leitura flutuante (exploratória) e, em seguida, buscamos identificar marcas linguístico-discursivas que configuram metáforas conceituais. Realizamos, na sequência, um mapeamento processado a partir dos domínios fonte e alvo. Tal mapeamento conceitual das metáforas apresenta-se, no texto, em CAIXA ALTA, enquanto os domínios metafóricos fonte e alvo serão explicitados com sublinhado, na seção de análise dos dados, mais adiante.

A perspectiva dos estudos críticos do discurso (ECD)

Dentro do panorama epistemológico da ACD, existem caminhos paralelos em termos de foco de investigação, desde pontos de vista teóricos e analíticos. Nesta pesquisa, assumimos a perspectiva crítica de AD proposta por van Dijk (1990, 2005, 2008), que prefere denominar sua linha teórica de Estudos Críticos do Discurso (ECD). Esclarece van Dijk (2008) que os estudos críticos do discurso (ECD) visam combater a reprodução discursiva de abuso de poder e desigualdade social. O estudo analítico com base nessa proposta propicia conhecimentos sobre a importância do discurso na (re)produção da dominação e sobre o modo como esse abuso de poder pode desencadear desigualdade social e representações. Desse

modo, a linguagem é o meio pelo qual esse abuso de poder é instaurado. A proposta de van Dijk (2008, p. 26) é balizada por um triângulo conceitual, que organiza sociedade, cognição e discurso, nos seguintes termos: “a cognição pessoal e social sempre media a sociedade ou as situações sociais e os discursos”. Nessa direção, as atitudes, as ideologias, os esquemas mentais, bem como as representações, constituem o ponto que afeta os discursos e as práticas sociais dos indivíduos.

É pertinente comentar acerca do conceito de discurso que se trabalha nos ECD. Assim, quando se usa o termo ‘discurso’, nessa perspectiva, considera-se o uso da linguagem como prática social, pois existe uma relação dialética entre estrutura social e discurso: a estrutura social é condição e efeito do discurso. Além de ser uma prática de representação do mundo, o discurso dá significado ao mundo, ele constrói identidades sociais, posições de sujeito, relações sociais entre os indivíduos, sistemas de conhecimentos, crenças e ideologias, como sugere Fairclough (2001). Por meio do discurso, as pessoas podem agir sobre as outras como forma de ação e de representação. De acordo com essa concepção, vemos o discurso como um meio pelo qual as representações (sociais) se materializam.

A teoria das representações sociais e a pobreza como objeto de representação

Como já mencionado, neste trabalho objetivamos investigar a representação de pobreza, utilizando a metáfora conceitual como vetor dessa representação. Assim sendo, nesta seção, teceremos alguns comentários em torno da Teoria das Representações Sociais (TRS), especialmente sobre a vertente moscoviciana. A TRS foi elaborada por Sergei Moscovici e inaugurada com a publicação da obra *A Representação Social da Psicanálise (La psychanalyse, son image et son public)*, no ano de 1961. Com essa obra, Moscovici pretendia redefinir os problemas e os conceitos da Psicologia Social a partir do fenômeno da RS. Para tal intento, o estudioso elaborou sua teoria a partir, principalmente, dos estudos de Émile Durkheim, através de seu conceito de representação coletiva.

Cabe, aqui, registrar que durante muito tempo houve uma dicotomia bastante rígida entre indivíduo e sociedade nas Ciências Humanas. Enquanto a Psicologia investigava o indivíduo (*psique*), a sociologia investigava a sociedade. De acordo com Duveen (2009, p. 13), tal divisão foi bastante acentuada por Durkheim quando, no intento de solidificar a Sociologia como ciência autônoma, propôs a divisão entre *Representações Individuais*, as quais ficariam incumbidas seu estudo à Psicologia, e as *Representações Coletivas* (RC), isto é, os fatos sociais, ficariam a cargo da Sociologia.

Moscovici (1978) elabora o conceito de RS a partir do conceito de RC *durkheimiano* que concebia as RC como um conjunto de crenças e conhecimentos (religião, ideologias etc.) independente do indivíduo. Desse modo, Moscovici prefere utilizar o termo representação “social” em vez de “coletiva”, por considerar que as representações eram mais dinâmicas. Nas palavras de Duveen (2009):

[...] enquanto Durkheim vê as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo, Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas, em que as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações. (DUVEEN, 2009, p.15)

Como se pode observar, para Moscovici (1978) não existia a dicotomia indivíduo *versus* sociedade, proposta por Durkheim, pois, para ele, a formulação de RS é simultaneamente psicológica e social. Na verdade, Moscovici não apenas substitui o termo ‘coletivo’ por ‘social’, mas ele soma também significações ao termo de Durkheim, tonando, assim, o sujeito como ator do processo de representação. As RC somadas às atitudes, valores e imagens são, agora, as RS. Moscovici (1978, p. 41) afirma que “se a realidade das representações sociais é fácil de apreender, não o é o conceito”. Conforme bem observa Sá (1996, p. 30), o referido teórico não queria reduzir o conceito de RS a uma definição sucinta, pois isso prejudicaria o alcance conceitual do termo.

Desse modo, as RS são um fenômeno psicossocial que se dá na interação, um saber originado de uma atividade cognitiva, influenciada pelo social e dirigida para ela. Moscovici (2009, p. 54) afirma que “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade”. Em outros termos, trata-se de uma aproximação de um fenômeno desconhecido à realidade do sujeito através de seus conhecimentos prévios. E tal aproximação é dada pela representação. Dessa forma, a *objetivação* e a *ancoragem* são os processos pelos quais as RS se geram, os quais não ocorrem de maneira subsequente ou separadamente, mas ao mesmo tempo. São tão inseparáveis quanto os lados de uma moeda.

O objeto não familiar nos perturba, incomoda-nos, é estranho em nosso universo consensual. Desse modo, sempre segundo Moscovici, lançamos mão da ancoragem para poder transformá-lo familiar, isto é, “classificamos” esse objeto a partir de paradigmas já conhecidos, transformando-o; através disso o categorizamos em nosso ambiente mental, estabelecendo alguma relação com ele. Cabe, aqui, registrar as palavras de Moscovici (1978, p. 62): “quando classificamos uma pessoa entre os neuróticos, os judeus ou os pobres, [por

exemplo,] nós obviamente não estamos apenas colocando um fato, mas avaliando-o e rotulando-o. E neste ato, nós revelamos nossa “teoria” da sociedade e da natureza humana”. Em síntese, ancorar é classificar o não familiar em categorias pré-existentes, libertando o objeto do desconhecido e dando-lhe uma identidade, tornando-o conhecido, familiar em nosso universo mental.

No caso da objetivação, essa “é uma operação imagética e estruturante” conforme sugere Arruda (1992, p. 124), mediante a qual se dá uma forma específica ao conhecimento sobre o objeto, tornando-o palpável, quase que tangível o conceito abstrato, “materializando a palavra”. Com base nessa discussão, podemos apontar a pobreza como um objeto de representação social, pois sendo objeto de senso comum, rodeia o universo comunicativo dos indivíduos em geral. Nas práticas de nosso grupo em questão, nesse caso, os periódicos, a pobreza “se encontra implicada de forma consciente”, como sugere Sá (1998, p. 50), para quem a representação, que liga o sujeito ao objeto é um saber efetivamente praticado, que acontece no cotidiano desse grupo/sujeito.

O papel da mídia na construção de RS via discurso

Em todas as sociedades existe a necessidade, bem como a preocupação, com a produção e o compartilhamento de informação e conhecimento simbólico. Com o passar dos tempos, as formas de criação e difusão de informação tem mudado, uma vez que o mundo avançou em aspectos intelectuais, sociais e culturais. A partir dessas mudanças, conforme sugere Thompson (2008), formas simbólicas têm sido produzidas e difundidas em grande proporção. De acordo com o pensamento desse autor, tais formas converteram-se em mercadoria, ou seja, podem ser vendidas e compradas em qualquer lugar, tornaram-se acessíveis às pessoas amplamente dispersas no tempo e no espaço. Resulta que desenvolvimento da mídia parece haver transformado a natureza da produção e do compartilhamento de conteúdo simbólico no mundo globalizado.

Pode-se afirmar que as mídias eletrônicas configuram-se como uma das que mais influenciam as sociedades, no que diz respeito à comunicação em massa. Neste sentido, Steinberger (2005, p. 24) sugere que são esses, juntamente com a indústria cultural, que “têm o poder de configurar mentalidades”. Assim, com todo esse poder de difusão em larga escala de material simbólico, as mídias eletrônicas não aproximam somente pessoas, nem simplesmente transmitem informações de modo geral, mas igualmente propagam representações e ideologias.

No campo do saber, a mídia pode ser estudada a partir de várias perspectivas (sociológica, educacional, histórica, etc.), cada uma com seu propósito. Nosso objetivo, nesta pesquisa, é estudá-la a partir de uma perspectiva linguístico-discursiva, com ênfase na análise do material simbólico transmitido pelos referidos jornais no formato de *notícia*, pois a linguagem é uma importante ferramenta nesse processo de difusão de ideologias e representações.

A imprensa é um mediador entre os acontecimentos e o público (leitores/ouvintes); sendo que tal mediador, como já comentado, possui certo poder. Este poder está em torno de quem recebe primeiro as informações de um acontecimento, do poder de propagação que possui o veículo e como a notícia é contada (Vo, 2009).

No que concerne às relações sociais das notícias, Vo (idem: 09) afirma:

hay que tener en cuenta que las noticias se escriben asumiendo un tipo de público con una clase, educación, valores y preferencias determinados. Los efectos que puede tener la prensa tienen que ver con la percepción que forma el lector de sí mismo y de los otros, al igual que en las diferenciaciones que éste pueda establecer a través de la descodificación de una serie de significados expresados en el discurso periodístico.

As notícias são escritas com um objetivo específico, e essa questão nos leva a outra: o acesso discursivo. Em geral, o cidadão não tem a oportunidade de participar da elite responsável pela produção jornalística. Desse modo, pela influência que a mídia tem ante a sociedade, as notícias veiculadas acabam sendo uma fonte de veracidade. Segundo van Dijk (1990), uma análise sofisticada do discurso é capaz de explicar e detalhar as estruturas do discurso midiático que afetam as mentes dos receptores. A notícia é o gênero comumente utilizado para difundir informações, e com elas as ideologias e representações.

Embora os modelos mentais subjacentes de jornalistas e de instituições distintas sejam parcialmente os mesmos, o contexto muda o produto, ou seja, a notícia. E essas questões são evidentes na variabilidade da superfície do estilo, como por exemplo: *layout*, sintaxe, lexicalização, mecanismos retóricos etc. (van Dijk, 1990).

A metáfora conceitual como vetor discursivo-cognitivo de representações sociais

A teoria da metáfora conceitual foi formulada no final da década de 1970 por George Lakoff e Mark Johnson e sua divulgação se deu em 1980 com a publicação do livro *Metaphors We Live By*, dos referidos pesquisadores. De acordo com essa teoria, a metáfora é

uma representação mental, portanto ela é cognitiva, pois existe na mente e atua no pensamento. Nessa perspectiva, o acesso às metáforas conceituais é automático, ou seja, não é necessário esforço para compreendê-las, uma vez que a expressão metafórica aciona imediatamente a metáfora conceitual correspondente na mente do indivíduo. (Sardinha, 2007: 32-33). Assim, foram denominadas *conceituais*, por serem parte importante e indispensável na forma como o indivíduo usualmente conceitualiza o mundo.

Por serem convencionais, as conceituais não são percebidas como metáforas no sentido tradicional de ‘figura de linguagem’. De acordo com essa visão, seu uso e sua compreensão são inconscientes, porque são culturais, isto é, estão arraigadas à cultura de um povo e, dessa forma, elas refletem a ideologia e o modo como uma determinada sociedade concebe e organiza o mundo. Em outras palavras, refletem a maneira de pensar de uma comunidade linguística. Assim sendo, um indivíduo por si só não pode modificá-las nem criá-las sem que isso seja socialmente compartilhado.

Diferente da visão tradicional, na qual as metáforas eram vistas unanimemente como recurso estético-estilístico, ligado à poesia e à retórica, na teoria de Lakoff e Johnson, as metáforas não se configuram como algo exclusivo de poetas e literatos, pois elas também permeiam a linguagem comum, isto é, estão presentes na linguagem cotidiana. Além disso, enquanto que na visão tradicional as metáforas tinham como “sede” a expressão linguística, nessa teoria é o pensamento que se ocupa dessa posição. Na teoria de Lakoff e Johnson, as metáforas conceituais se concretizam por meio das expressões linguísticas, estejam essas na modalidade oral ou na escrita. Além disso, elas se processam mediante um *mapeamento*, que pode ser compreendido como uma espécie de “transferência” do conhecimento de um *domínio-fonte* para um *domínio-alvo*.

O primeiro comporta conceitos compreendidos a partir de experiências mais concretas, em geral de base perceptual, sendo essas o alicerce para a organização desse domínio-fonte. No caso do segundo, o domínio-alvo, tende a ser mais abstrato justamente porque busca definir conceitos e/ou categorias abstratas a partir do domínio fonte.

A associação ou mapeamento feito entre um domínio-fonte e um domínio-alvo dá-se, em geral, por meio do estabelecimento de alguma relação analógica possível e alcançável (Lima, Feltes & Macedo, 2008, p.38).

Tomando com exemplificação, discorreremos sobre uma metáfora bastante recorrente no *corpus* da pesquisa: POBREZA É PRIVAÇÃO. Baseando-se em experiências psicofísicas, o indivíduo qualificará, nesse caso, que alguém é pobre se estiver privado de exercer certos “direitos” considerados básicos para a manutenção da vida humana. Nessa perspectiva, o

domínio-fonte comportaria experiências e conceitos relacionados a um **não acesso** a certos “bens” que parte de dois níveis: (1) de um âmbito mais “metafísico” (não acesso à educação, ao conhecimento, à arte, ao lazer etc.), e (2) de um âmbito mais físico (não acesso à alimentação, à vestimenta, à energia elétrica, à água potável etc.). Desse modo, o indivíduo “transfere” ao domínio-alvo todo esse conhecimento empírico, que é mais concreto (PRIVAÇÃO), para definir e conceituar algo que é mais abstrato (POBREZA).

Um exemplo de expressão metafórica que concretiza essa metáfora conceitual pode ser percebido numa frase como “[...] una persona que no cuenta con los recursos económicos para acceder a defender su posición ante la Justicia”. Nesse caso, o não acesso à Justiça (não acesso ao conhecimento de seus direitos legais), que está no âmbito “metafísico”, é motivado ou tem como causa o não acesso aos recursos financeiros, ao dinheiro, que está num âmbito físico. Assim, esses conceitos do domínio-fonte (psicofísicos) são “exportados” para o domínio-alvo (pobreza), que sendo mais abstrato necessita de conceituação.

Vale salientar que a abordagem da teoria das metáforas conceituais, apresentada neste trabalho, configura-se como um aporte geral das ideias de Lakoff e Johnson, uma vez que as expressões metafóricas, e, por conseguinte, as metáforas conceituais, por seu teor discursivo-cognitivo, serão perquiridas como vetor para a representação social da pobreza na Argentina mediante a análise de notícias dos principais jornais eletrônicos do país. A escolha pelas metáforas conceituais como vetor de representações sociais justifica-se pela dimensão cognitiva que ambas as vertentes apresentam. Uma metáfora conceitual, como já foi dito, é uma representação mental por existir na mente e atuar no pensamento humano e, ainda, se materializa e se propaga via discurso, por meio da linguagem. Ocorre algo semelhante no caso das representações sociais: elas são um fenômeno psicossocial originado da atividade cognitiva.

Assim como as metáforas, as representações sociais se materializam e se propagam via discurso, nascem da interação social e da comunicação entre indivíduos. Tanto as metáforas conceituais, quanto as representações sociais são compartilhadas socialmente e refletem, pois, a maneira como um grupo concebe, organiza e conceitua as coisas no mundo, bem como refletem a própria ideia de mundo vista por uma coletividade. Em suma, “as metáforas são recursos retóricos poderosos e são conscientemente usadas por políticos, advogados, jornalistas, escritores e poetas, entre outros, para dar mais ‘cor’ e ‘força’ a sua fala e escrita”, conforme esclarece Sardinha (2007, p.13). Daí a importância de serem investigadas.

Análise das notícias e resultados e discussões

Grande parte das notícias publicadas nos jornais *El Clarín* e *La Nación* sobre pobreza no período correspondente a 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2008, diz respeito a uma suposta manipulação de dados sobre a pobreza por parte do INDEC (Instituto Nacional de Estadística y Censo), órgão estatal que corresponderia, no Brasil, ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Para outros órgãos, entre eles não governamentais e privados, o referido instituto teria manipulado as pesquisas para apresentar resultados favoráveis à diminuição de contingente pobre no país, o que, por conseguinte, se configuraria como algo favorável ao Governo Kirchner (tanto o de Nestor, quanto o de Cristina) que teve como principal lema de campanha e de presidência a redução da pobreza.

O que alicerça e desencadeia a polêmica da suposta manipulação dos dados de pobreza pela estatal argentina é a metáfora **POBREZA É OBJETO FÍSICO**, pela qual torna possível tratar a pobreza em termos estatísticos, de quantificação. Essa metáfora pode ser encontrada nas notícias em expressões metafóricas do tipo “la oposición ahora cuestiona cómo se mide la pobreza” e “el INDEC mide dos veces al año la pobreza”. Essa metáfora confere à pobreza um caráter de matéria espessa, consistente, substancial, o que a torna uma metáfora de base, “fundadora” de um entendimento do que é pobreza. Sendo a pobreza um objeto físico, ela pode ser medida, quantificada, mensurada e “manuseada”, ou manipulada. Temos, nesse caso, como domínio-fonte matéria e como domínio-alvo medição.

Ao considerar a pobreza como algo manipulável, a mídia põe em xeque a veracidade não só dos índices do INDEC, que representa o governo, mas também dos fatos propriamente ditos: há mais pobres do que o governo mostra. Desse modo, faz com que os eleitores do governo vigente indaguem sobre a situação dos cidadãos na sociedade e procurem “ver” a pobreza, já que é algo tangível, mensurável. Tal ação sugere que o órgão parece ludibriar o povo, pois já que a pobreza pode ser “vista” e “medida”, pode ser camuflada, conferindo a ela uma nova roupagem. E essa camuflagem parece ser feita por meio dos dados.

Nesse contexto, da suposta manipulação, uma instituição que fez frente ao INDEC, refutando a veracidade dos dados apresentados pelo Instituto, foi a UCA (Universidad Católica Argentina). Para um dos representantes da instituição, o arcebispo de Santa Fé, José María Arancendo, “la deuda social no admite postergaciones, debe ser una prioridad fundamental que comprometa lo mejor de todos, empezando por los dirigentes y las autoridades. No estamos solo frente a un hecho económico, sino ante una cuestión moral”.

Aqui, a pobreza faz parte de um conjunto de valores considerados universalmente como norteadores das relações sociais e da conduta humana. Nesse sentido, a pobreza passa a ser vista por uma dimensão que pertence ao domínio da ética, revelando a tentativa da Igreja de conferir ao descaso com a pobreza um *status* de “infração”, de violação de um preceito não apenas social, mas também religioso, de desobediência de uma norma ou preceito divino. Negligenciar a pobreza é estar em dívida com a sociedade e com Deus e combatê-la, reduzi-la ou erradicá-la é, ao mesmo tempo, honrar um compromisso (pagar a dívida social) e merecer a salvação divina, o reino do céu.

Além de enquadrar a pobreza numa dimensão ética, os discursos dos representantes da Igreja, por meio da UCA, qualificam a pobreza como doença, emergindo, desse modo, a metáfora POBREZA É DOENÇA. Pelo que podemos observar, quando se qualifica pobreza como doença, aponta-se o Governo argentino como um “médico negligente”, pois ele conhece os “remédios”, a “cura”, o “tratamento” necessário (medidas político-sociais), mas ignora, ou seja, negligentemente permite que a doença se dissemine pelo país.

Essa metáfora materializa-se nas notícias, por meio de expressões como “empezamos a percibir algunos síntomas de pobreza que en los últimos años había desaparecido” e “desde hace ya unos meses en sectores de la sociedad emergen síntomas alarmantes de conflictividad social que preocupan y cuestionan”. Nesse caso, o domínio-fonte é sintoma e o domínio-alvo é doença.

Ao ser vista como doença, a pobreza é colocada como próprio foco da situação, ao mesmo tempo em que é distanciada da dimensão econômica. Ou seja, é uma fraqueza do “corpo humano” chamado sociedade (corpo é sociedade e doença é pobreza). Essa visão tira de foco as medidas político-econômicas, pelas quais se podem frear a pobreza, e os responsáveis por cuidar da sociedade (corpo), enfatizando a doença em si e não suas causas.

Outra metáfora recorrente nas notícias está relacionada à pobreza como espaço físico, mais especificamente como lugar. A metáfora POBREZA É LUGAR pode ser encontrada no *corpus* por meio de expressões como “el 17,8% (7,1 millones) de los argentinos vivía en la pobreza” e “la población vive en la pobreza”. Nessa perspectiva, observamos que pobreza está sendo qualificada como um lugar onde se mora, onde se reside. Contudo, há nos textos expressões que apontam para a qualificação de pobreza como lugar propriamente dito, como um espaço físico, como pode ser visto por meio da expressão “son las familias que integran este segmento las más expuestas al riesgo de caer en la pobreza” e mediante a expressão “en seis meses cayeron en la pobreza 42.000 personas”.

Se levarmos em conta a metáfora A VIDA É UMA VIAGEM, bastante conhecida pelos pesquisadores que estudam a Teoria das Metáforas Conceituais, veremos que a ideia do “cair” na pobreza aponta para um fato involuntário, um acidente de percurso. É como se na trajetória dessa viagem (vida) o indivíduo se deparasse com uma cavidade (pobreza) no meio do caminho. Essa ideia de pobreza como lugar que, ora possui, ora é a própria cavidade, pode ser observada em expressões metafóricas do tipo “profundidad de pobreza mayor” e “ocurre que en ese momento la brecha de pobreza promedió el 45%”. Nesse sentido, tanto profundidade, quanto brecha remetem a noção de “buraco” que, por sua vez, faz referência a um lugar escuro, estreito, aprisionador, inóspito.

Considerando, pois, essas diferentes expressões metafóricas, há dois mapeamentos possíveis para o campo conceitual POBREZA É LUGAR: um apontaria como domínio-fonte lar e como domínio-alvo residir, enquanto que o outro teria como domínio-fonte buraco e como domínio-alvo profundidade. Aqui, a pobreza é vista como um “lugar malfazejo”. Nota-se que a *objetividade* e *ancoragem* do objeto são próximas do indivíduo: geralmente, “cair” não é algo prazeroso, principalmente quando se cai em um lugar ruim e danoso, como a pobreza. Estar em um buraco é viver em condições subumanas. Comumente as notícias que veiculam essa metáfora não aprofundam o tema, no que diz respeito às causas e consequências da pobreza, limitam-se a exposição de dados estatísticos de cunho demonstrativo. Ora, mais uma vez há uma preservação da face, já que não se assinalam em que consistem os problemas, apenas os quantificam.

Nas notícias analisadas, aparece com certa frequência a metáfora POBREZA É UM ADVERSÁRIO, por meio de expressões do tipo “la lucha contra la pobreza debería pasar fundamentalmente por una política para la estabilización de los precios”. Essa metáfora emerge, sobretudo, das notícias que vinculavam as refutações e alterações do ex-ministro Roberto Lavagna sobre a suposta manipulação dos índices de pobreza pelo INDEC. Na época, Lavagna não somente era candidato à presidência, mas também era o principal opositor de Cristina Kirchner nas campanhas eleitorais.

Nesse contexto de disputa presidencial, o combate, a redução e a erradicação da pobreza aparecem como lema prioritário nas campanhas, por parte de ambos os candidatos. E num contexto de eleição, é comum comparar a disputa eleitoral como um campo de batalha, e muito do que se diz e do que se faz acaba sendo associado a questões bélicas. E isso pode ser notado pelo emprego de léxicos como “aliado”, “ataques”, “combater”, por exemplo.

A pobreza, sendo lema de campanhas nesse período eleitoral – um período de disputa por votos que é encarado como um campo de batalha, – acaba adquirindo igualmente

qualificações nesse sentido bélico. Nessa perspectiva, a metáfora POBREZA É UM ADVERSÁRIO materializa-se nos textos analisados em expressões como “Lavagna propondrá una batería de medidas para combatir la pobreza” e “Roberto Lavagna prometerá una cruzada contra la pobreza extrema”. Nesse caso, como mapeamento conceitual é possível propor como domínio-fonte inimigo e como domínio-alvo confronto.

Nessa visão, se instaura uma espécie de “disputa”: de um lado, o governo, do outro, a pobreza e entre os dois estão os cidadãos (os “disputados”). Quanto mais cidadãos o governo conseguir tirar da pobreza, mais fortalecido ele fica e uma autoimagem positiva é construída. Em compensação, quanto mais pessoas permanecem pobres, mais o governo se enfraquece e, com isso, uma autoimagem negativa (de fracasso, de vencido) é construída.

Uma metáfora recorrente no *corpus*, e que já mencionamos na seção teórica referente às metáforas conceitual como vetor de representações sociais, é a metáfora POBREZA É PRIVAÇÃO. Nesse ponto de vista, a pobreza será qualificada como um “não acesso” a certos benefícios considerados básicos para a manutenção da vida humana. Esses benefícios ou direitos podem ser encarados por duas perspectivas, a saber, a psicológica e a física. A primeira engloba o acesso ou o direito a bens simbólicos, como, por exemplo, a educação, o conhecimento, a arte, o esporte, o lazer etc. No caso da segunda, diz respeito ao acesso ou ao direito a bens materiais e de consumo, tais como a alimentação, a vestimenta, a energia elétrica, a água potável etc. Ser pobre, nessa perspectiva, é estar privado de exercer ou de acessar esses benefícios ou esses direitos.

Em uma expressão metafórica como “una persona que no cuenta con los recursos económicos para acceder a defender su posición ante la Justicia” podemos perceber a metáfora supracitada. Notemos que, nesse caso, o não acesso à jurisprudência significa um não acesso ao conhecimento de seus direitos legais, de seus direitos jurídicos, ou seja, trata-se de uma privação psicológica motivada ou que tem como causa uma privação material, no caso o não acesso aos recursos financeiros, ao dinheiro.

Outro exemplo de expressão metafórica que corrobora o campo conceitual POBREZA É PRIVAÇÃO é a seguinte: “hay 10,8 millones de habitantes de la Argentina que viven en hogares donde los ingresos no logran cubrir el valor de una canasta básica de productos”. Nesse sentido, a pobreza é definida em termos de não acesso à cesta básica, ou seja, pobreza aqui equivale a não possuir uma renda mensal suficiente para a obtenção da cesta básica de produtos. No período em que foram publicadas essas notícias (2007-2008), na Argentina, uma família integrada por um matrimônio jovem e com dois filhos pequenos necessitava de uma

renda mensal de \$ 955 (pesos) — que corresponderia atualmente a R\$ 437,76 — para que seus integrantes não fossem considerados pobres.

Possivelmente, essa é uma das metáforas que carrega um cunho ideológico mais forte e facilmente apreendido por um leitor crítico. Nela, o jornalista enfoca o aspecto que, na sua concepção, é o mais relevante para a caracterização da pobreza e, conseqüentemente, de um indivíduo pobre. Pobreza pode ser o não acesso à alimentação digna e o não acesso a outros bens, nesse caso as necessidades físicas, puramente biológicas.

No entanto, em outras expressões metafóricas, percebe-se que a pobreza equivale ao não acesso a bens simbólicos, a exemplo da Justiça. Assim, nota-se, claramente, o poder que o discurso possui ante a difusão de uma ideologia, uma vez que a maior parte da sociedade enxerga o discurso jornalístico como uma “verdade incontestável”. Construída uma representação de pobreza em termos de não acesso aos bens simbólicos e/ou materiais, difunde-se o que convêm ao jornalista (ou ao jornal), o que se quer fazer crível.

Em suma, a partir da análise foi possível levantar a hipótese de que é construída uma representação de pobreza não como o resultado de um processo social de acúmulo de capital historicamente determinado, mas como um “acidente de percurso”, uma fatalidade algo que tem existência própria e tende a ser ameaçador ou, num extremo, uma mera violação de preceitos morais e religiosos. De algum modo, essa representação descaracteriza a pobreza como uma das conseqüências do mau “funcionamento” do “sistema” ou como uma conseqüência da má distribuição de renda.

Considerações finais

Diante exposto, sugerimos que a representação de pobreza vinculada nas notícias dos jornais eletrônicos *El Clarín* e *La Nación*, durante o período de transição do Governo Kirchner, não relaciona a pobreza a um problema socioeconômico, mas, principalmente, a um problema moral (no caso da Igreja Católica), clínico (no caso da pobreza como doença) bélico (no caso da pobreza como adversário), ou seja, de qualquer outra ordem não sendo prioritariamente a socioeconômica.

Ao caracterizar a pobreza como um lugar, as pessoas são enquadradas em um espaço determinado a elas. Nessa perspectiva, corre-se o risco de conceber a pobreza por uma visão meramente determinista e segregacionista: a ideia de “cada um no seu quadrado”. Ideias ultrapassadas e, portanto, retrógradas. Não se pode viver ou morar na pobreza, porque nossa

“casa” nos identifica como cidadão, nos localiza no espaço. Além do mais, de um modo ou de outro, o lugar onde residimos reflete uma das muitas escolhas que fazemos em nossas vidas e ninguém escolhe viver na pobreza, nenhum indivíduo escolhe ser pobre.

No caso da concepção de pobreza como privação, não nos deparamos com algo novo ou que foge da expectativa. Acreditamos ser esta a ideia mais difundida e mais bem aceita pelo senso comum. A privação dos bens simbólicos e, principalmente, dos bens de consumo é o aspecto que mais se evidencia, e de forma quase automática, quando se fala de pobreza ou quando se tenta “definir” pobreza. Outro ponto diz respeito ao contexto no qual essa representação de pobreza é construída. O problema surge como um “instrumento” político, em meio a uma disputa presidencial. Assim, por um lado, apresentar uma suposta redução da pobreza naquele país era algo favorável ao Governo, conseqüentemente, seria favorável à campanha da candidata sucessora. E, por outro lado, divulgar a verdadeira situação da pobreza naquele país equivaleria a apontar para uma conduta duvidosa do Governo, o que para a oposição seria algo favorável naquele contexto de disputa eleitoral.

Portanto, a representação de pobreza vinculada nas notícias analisadas não condiz com a realidade socioeconômica da qual o problema se emerge. Percebe-se que essa representação vinculada nas notícias remete a uma realidade aparente sobre a pobreza, evidencia as ideologias políticas, religiosas, culturais etc. que as constituem, assim como se revela um mero instrumento que confere vantagem tanto no ataque, quanto na defesa em uma disputa de poder, em uma disputa pelo controle do poder.

Recebido em: março de 2014
Aprovado em: maio de 2015
gen.johnny@gmail.com
tiagopark@gmail.com
liviarad@yahoo.com

Referências

- ARRUDA, A. Representações sociais: emergência e conflito na psicologia social. In: BAPTISTA, L. (org.). *Anuário do laboratório de subjetividade e política 1991-1992*. Niterói: Ed. UFF; p.115-31, 1992.
- CARDOSO, G. *A mídia na sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

CRUCES Guillermo; EPELE Nicolás; GUARDIA Laura. *Los programas sociales y los objetivos de desarrollo del milenio en Argentina*. División de Desarrollo Social. Naciones Unidas: Santiago de Chile, 2008.

DUVEEN, G. Introdução: o poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

FAIRCOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas de la vida cotidiana*. Trad. Carmen González Marín. Madrid, España: Cátedra, 1998.

MACEDO, A. C. P.; FELTES, H. P. M.; LIMA, P. L. C. Cognição e metáfora: a teoria da metáfora conceitual. In: MACEDO, Ana Cristina Pelosi de; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes; FARIAS, Emilia Maria Peixoto (org.). *Cognição e linguística: explorando territórios, mapeamentos e percursos*. Caxias do Sul, RS: EdUCS; Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *A representação social da Psicanálise*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PAZ, Jorge Augusto. *Programas dirigidos a la pobreza en América Latina y el Caribe: sustento teórico, implementación práctica e impactos sobre la pobreza en la región*. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.

SÁ, C. P. O campo de estudo das representações sociais. In: SÁ, Celso Pereira de. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996, p. 29-50.

SARDINHA, T. B. *Metáfora*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

STEINBERGER, M. B. Discursos geopolíticos da mídia: Jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Trad. Wagner de Oliveira. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

_____. Ideología y análisis del discurso. In: *Utopía y praxis latinoamericana*. Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social/Afio, 2005.

_____. *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. Trad. GAL, Guillermo. Barcelona-Buenos Aires-México: Ediciones Paidós, 1990.

VO, A. N. *Estrategias de negación del racismo: un estudio de caso sobre la negación en la prensa deportiva*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística e Aplicações tecnológicas) – Departamento de Tradução e Ciências da Linguagem. Barcelona: Universidade Pompeu Fabra, 2006.